

## **Resenhas**

*Estudos de Sociologia*

## **A MEMÓRIA DO PCB E A IDENTIDADE COMUNISTA**

Lucilia de Almeida Neves\*

Muito se tem escrito sobre a história do Partido Comunista Brasileiro, todavia a questão da identidade comunista foi pouco, ou quase nada analisada por historiadores, cientistas políticos ou sociólogos. Nesses sentido, o livro de Dulce Pandolfi apresenta uma abordagem inédita, original a respeito de um tema bastante recorrente nos estudos sobre partidos políticos no Brasil: o da trajetória do PCB.

Através de um texto denso, mas fluente, a autora viaja pelas diferentes fases da recente história republicana brasileira, buscando tanto compreender a inserção dos comunistas nas diferentes conjunturas dessa história, como sua integração às lutas e embates partidários ao longo do período histórico ao qual o partido esteve integrado. Todavia, Pandolfi não realiza apenas análises das conjunturas que compõem o processo histórico. Ela também o faz, mas através de um procedimento singular. Ou seja, o núcleo central de sua interpretação relaciona-se à memória e à identidade dos comunistas, e não a fatores políticos e sociais externos à sua identificação política partidária.

---

\* Professora Titular do Departamento de História - PUC Minas.

### *Estudos de Sociologia*

Dessa forma, ao analisar o mais antigo partido brasileiro, Pandolfi rompeu com o lugar comum das análises sobre sua história e mergulhou na dinâmica constitutiva da memória partidária e das memórias de seus militantes. Um trabalho complexo de reconstituição de uma trama histórica essencialmente coletiva, mas também, de alguma forma, permeada e influenciada pela inserção individual de cada um dos militantes na dinâmica da vida partidária.

Os tempos do PCB foram muitos e a integração dos militantes nessa temporalidade complexa se deu de diferentes maneiras. A historicidade com sua dinâmica de transformações e de resistência às transformações é elemento inerente ao próprio processo histórico. O que Pandolfi realizou, com especial maestria e sensibilidade, foi apreender a historicidade da memória na dinâmica constitutiva da identidade. Essa tarefa, que é por natureza complexa, pois exige percepção da alma individual e coletiva dos sujeitos históricos, foi no entanto cumprida com sucesso. Isto só foi possível, pois autora apoiou-se em metodologia criteriosa, referenciada em estudos teóricos bastante atualizados sobre história cultural, memória e identidade.

Na verdade, a autora buscou identificar, através da manifestação dos militantes, qual era a compreensão do PCB sobre sua própria história. Nesse sentido a questão da representação ganhou dimensão especial na análise desenvolvida por Pandolfi. Mergulhando no universo dos símbolos, dos valores e dos discursos, buscou compreender a alma comunista, suas nuances e as transformações por que passou ao longo da trajetória do partido.

Dizem que a essência do ser é imutável. Ao estudar a essência do “ser comunista”, Pandolfi confirmou e ao mesmo tempo negou tal assertiva. Isto porque ao adotar a categoria da historicidade como constitutiva da própria identidade imiscuiu-se pelos caminhos das transformações. Deparou então com dupla realidade: a que se refere aos valores permanentes

## Lucilia de Almeida Neves

cultivados pelos comunistas e a que se refere aos valores conjunturais, que emergiam das necessidades mais imediatas apresentadas por circunstâncias históricas específicas. Considerando que tal duplicidade não significava necessariamente incompatibilidade, apreendeu o que se apresentou como essencial ao campo da representação comunista: a multiplicidade inerente à unidade.

O trabalho da autora se fundamentou em uma gama variada e rica de fontes documentais. A tarefa de pesquisa e reunião desses documentos não lhe exigiu uma investigação atropelada por obstáculos difíceis de serem vencidos. Na verdade, com o diz a própria Pandolfi, “*apesar do PCB não ter produzido uma “história oficial” a documentação por ele produzida a respeito de sua própria história é farta.*” Isto possibilitou fazer da documentação oficial do partido, a qual teve acesso relativamente fácil, a principal referência da identidade partidária. Dessa forma, Pandolfi visitou as páginas dos diferentes jornais e publicações que em diversas fases históricas compuseram o que se pode definir como imprensa comunista. Dentre tais periódicos se destacaram jornais e revistas como: Voz da Unidade, Novos Rumos, o Paíz, A classe Operária, Voz Operária, Tribuna Popular.

Além disso, debruçou-se sobre livros de memórias, biografias e auto biografias de militantes e ex militantes do PCB. Tais textos, de acordo com a própria autora, referem-se mais a história do partido do que à trajetória de vida individual de seus autores. Isto porque, a identidade comunista tem um suporte mais coletivo do que privado, ficando a biografia do indivíduo relativizada frente aos interesses da organização e da causa comunista. Finalmente, ao abraçar o recurso de utilização de fontes orais, realizou algumas entrevistas temáticas e outras de história de vida com diferentes atores da trajetória pecebista. Tal universo de fontes e documentos contribuiu para que pudesse cumprir seu objetivo primordial, ou seja:

### *Estudos de Sociologia*

identificar e analisar os suportes constitutivos da identidade comunista.

Mas se tal não bastasse, realizou rica incursão aos livros de carácter historiográfico produzidos por intelectuais e historiadores do PCB. À leitura de tais trabalhos somou outras de textos referentes aos seguintes assuntos: memória, identidade, imaginário, teoria política, teoria marxista, mitos, dentre outros. Podemos dizer que assim lhe foi possível pintar o quadro da história do PCB, com todas as variedades de cores, tons e formas que conformam sua essência representativa e também de emoldurá-lo com rica teorização. Olhar para tal obra, visitá-la e compreendê-la é um desafio prazeroso, especialmente para os historiadores que entendem ser a memória prima irmã da História.

E por falar em memória e em identidade Pandolfi realizou instigante análise sobre a relação simbiótica dessas duas categorias essenciais à História. Na verdade, de acordo com nosso entendimento, a categoria do tempo pode ser definida como sendo o substrato da História. Ora, à categoria tempo estão integradas a memória histórica e a identidade. Dessa forma, a dinâmica da História refere-se ao processo, necessariamente temporal, constitutivo da memória e da própria identidade.

A autora apreendeu tal dinâmica com rica intuição e criatividade e com embasamento teórico irretocável. Apresenta seu trabalho como sendo um ponto de interseção entre as idéias/ações, navegando simultâneamente pelo enredo da história política e da história cultural. Esta opção teórica situa-se em atualizada forma de abordar a história política, forma esta que ultrapassa os limites da concretude factual e incorpora à análise histórica o rico universo do simbolismo, das representações e das crenças e dos valores coletivos.

Para a autora os valores são elementos essenciais da identidade grupal. Crer nos mesmos valores e lutar por eles,

## Lucilia de Almeida Neves

proporciona a criação de laços sólidos, que sustentam uma auto percepção individual e/ou coletiva, consubstanciada pela referência da vida em sociedade. Tal entendimento, no entanto, não significa que Pandolfi tenha desconsiderado que internamente ao próprio PCB havia posições divergentes, tensões, contradições. Na verdade, a autora considerou e analisou tais divergências, mas fez melhor do que isso, compreendeu-as como sendo fatores integrantes da identidade partidária. Pois afinal, é sabido que a identidade comporta contradições, constituindo-se como um fenômeno dialético de múltiplas e ricas dimensões e possibilidades.

Para autora, portanto, a identidade é também um fenômeno contrastivo, referenciado à alteridade, dialético e fundamentado na memória. Dessa forma, a identidade do PCB relaciona-se ao processo de construção, desconstrução e reconstrução da memória nas diferentes conjunturas históricas nas quais o PCB atuou. Isto porque a construção da memória não é gratuita, mas se processa através de investimentos feitos pelo próprio grupo.

A memória histórica do PCB é, portanto, apresentada como resultado de uma interação dinâmica entre memória e história, uma interação através da qual se processou uma apropriação de lembranças das lutas partidárias pelo próprio partido, que buscou assim ser o senhor da construção de sua memória oficial e de sua identidade coletiva.

Mas, como a memória é suporte da identidade, cada vez que o projeto partidário do PCB era reelaborado ou atualizado em função das necessidades conjunturais, o processo de construção da memória e por decorrência da identidade era também reformulado. Nesse processo de construção/desconstrução, exemplificado pela autora ao analisar o Partido Comunista, reside a natureza dialética dos processos de elaboração das identidades e das memórias, que não podem jamais serem tomados como fenômenos estáticos.

### *Estudos de Sociologia*

Quanto ao caso particular do Partido Comunista a autora afirma que o partido tinha uma identidade forte, marcante, que no entanto convivia com a existência de “vários partidos” dentro do próprio partido. Dessa forma, pode-se falar no Partido Comunista de Astrogildo Pereira, no de Luís Carlos Prestes, no de Roberto Freire e no de Giocondo Dias. “Partidos” que se sucederam ao longo da trajetória histórica do PCB. Partidos, que foram muitos em um só.

Quanto aos fatores que compunham a representação de unidade do PCB cabe destacar o que Pandolfi considera como atributos comuns à militância. Dentre eles se destacam o heroísmo, o idealismo, a devoção, a utopia e a disciplina. Tais atributos são comuns aos integrantes do grupo de pertencimento partidário e fundamentam a identidade do mesmo.

Em todas as fases da história do PCB tais atributos de alguma forma foram valorizados, mas em cada uma delas um aspecto específico foi predominante na construção da identidade partidária. Em decorrência, a autora afirma que o partido comunista fundado em 1922, com objetivo de ser o partido do proletariado apresenta fundamentais diferenças em relação ao Partido Comunista dos anos quarenta e dos início dos anos noventa, por exemplo. Também em relação ao outro, ou seja também considerando-se a alteridade, o PCB passou por diferentes fases. Na década de vinte seu contraponto principal era o movimento anarquista, nos anos trinta e quarenta sua contraposição estava nos trotskistas, pós quarenta e cinco nos trabalhistas do PTB, no pós sessenta e quatro na esquerda que abraçou a luta armada e nos anos oitenta no Partido dos Trabalhadores.

Contudo, afirma Pandolfi, apesar das diferentes nuances da identidade partidária e da caracterização peculiar do partido em conjunturas específicas, a visão de mundo do PCB esteve aprisionada ao que ela denominou de “cultura comunista”, que projetava a revolução socialista e que se auto identi-

## Lucilia de Almeida Neves

ficava como representante exclusivo dos interesses do proletariado.

A estrutura do livro em inúmeros capítulos (são dez ao todo), à primeira vista pode parecer um pouco fragmentada. Todavia, tem uma lógica própria que reproduz não só a trajetória histórica do PCB, como aborda assuntos e temas fundamentais como: os princípios da identidade comunista, os valores integrantes do perfil de um militante comunista, o mito de origem, as características do partido em diferentes etapas de sua história, as contradições entre o ideal de um partido de massas e prática de um partido de quadros, a questão das reformas e da revolução, dentre outros.

Finalmente, cabe registrar o que talvez possa ser identificado como uma característica fundamental do texto, ou seja, a sua própria historicidade. Escrito no início da década de noventa, fase na qual, de acordo com a própria autora, o partido “vivia a crônica de uma morte anunciada”, não deixou de ser influenciado pelo tempo em que foi produzido. Afinal à “imagem de um passado que se tornou lenda” os comunistas dos anos noventa, traduziram para Pandolfi a sua compreensão conjuntural do papel de um partido que após setenta anos de trajetória história parecia desfalecer: a de que aos comunistas não mais cabia fazer como prioridade a revolução proletária, mas antes de tudo contribuir para consolidação da democracia no Brasil.

Várias fases, diferentes fundamentos da identidade. Mas afinal tudo se relacionando a um elenco de valores que sempre permearam a prática da militância pecebista, ou seja, a disciplina e o visionarismo na busca de projeção e construção de um mundo mais igualitário.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros. História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1995. 259 p.

*Estudos de Sociologia*

## **EXISTE UMA INTENÇÃO GERAL NA OBRA DE SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA?**

**Eliana Maria de Melo Souza\***

Com o passar do tempo, vai aderindo, ao conhecimento da sociedade brasileira, a grandeza da obra de Sérgio Buarque de Holanda. Talvez tenha se encerrado o tempo em que *Raízes do Brasil* era classificado, pela bibliotecária inexperiente, na seção de Botânica. Talvez tenha se encerrado o tempo em que Sérgio Buarque era conhecido apenas como o autor de um só livro.

Parece então que a importância da obra vem ganhando desdobramentos e mostrando a fecundidade de um pensamento rebelde ao já pensado, talvez ajudando a revelar finalmente a orfandade dos textos comemorativos de praxe.

Essa observação de partida pode ser constatada quando tomamos conhecimento do número crescente de publicações tanto sobre a obra do escritor quanto de textos do próprio Sérgio que, de difícil acesso anteriormente, estão agora à disposição dos leitores em edições bem cuidadas. Ressaltem-se, nesta segunda modalidade de publicação, além de importantes reedições do autor, as reuniões dos prefácios e dos escritos de crítica literária para jornais e revistas. O *Livro dos*

---

\* Profª Depto. de Sociologia - FCL - UNESP/Araraquara.

### *Estudos de Sociologia*

*Prefácios e O Espírito e a Letra* (ambos da Editora Companhia das Letras) constituem verdadeiros estudos, frutos antes do pensar e não das circunstâncias obrigatórias das formas prefacial e jornalística que sempre supõem um leitor amaciado e pouco exigente.

Na primeira modalidade, acumulam-se diversos artigos em livros e em revistas especializadas. Nem sempre muito afinados com as motivações da *obra sergiana* (como dizem os pesquisadores do IEB), alguns trabalhos de pós-graduandos já comparecem, como se pode consultar no excelente *Catálogo de Teses e Dissertações 1942-1997*, da USP, publicado em junho de 1998. Porém, são as obras coletivas as que mais alcançam divulgação, sendo resultado, em geral, de seminários com destaque para a homenagem explícita ao autor. Cabe mencionar então: o terceiro colóquio da UERJ consagrado a Sérgio Buarque (Rio: Editora Imago, 1992), o seminário Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998), assim como o número 38 da *Revista USP* (junho, julho, agosto/1998), contendo dossiê consagrado aos “intérpretes do Brasil”, como se costumou preguiçosamente chamar a trinca de autores clássicos na explicação da sociedade brasileira - Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Caio Prado Júnior.

Evidentemente é aqui impossível dar conta de todas as questões que se apresentam nesse conjunto diversificado de publicações. Algumas questões são, aliás, recorrentes, para o bem ou para o mal. Jogam-se novas luzes em temas sobejamente tratados ou chega-se à novidade alguma em tópicos ditos metodológicos, ou ainda alcançam-se inteligentes descobertas na busca talvez inglória de uma síntese. Cabe antes destacar os muitos méritos na análise dos especialistas em Sérgio Buarque e chamar a atenção para uma ou duas questões complicadas que sobressaem quando se trata de escutar a obra de um grande escritor.

Eliana Maria de Melo Souza

Contendo sete estudos em pouco mais de cem páginas, *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil* interessa ler porque é mais do que a mera reunião de ensaios introdutórios. Publicado pela editora ligada ao Partido dos Trabalhadores – informação não casual pois se ajusta ao tipo de militante intelectual que foi Sérgio Buarque –, esse livro merece nossa atenção pois contribui para o diálogo com o pensador brasileiro. Já o título pode servir para demonstrar que os participantes do livro reconhecem em sua obra grande pertinência: um autor e um país, envergaduras em simetria.

O organizador da coletânea sugere na *Apresentação* que a diversidade dos temas tratados e a liberdade de tratamento dos estudiosos “corresponde à riqueza de uma obra que pode ser encarada de várias maneiras”. E, de fato, muitas das facetas da obra são contempladas e o homenageado tem sua trajetória política esmiuçada pela lavra do próprio apresentador da coletânea. Historiador e crítico literário, atento tanto à vida material quanto à vida mental, Sérgio Buarque permite a Antonio Candido organizar um livro marcante no estudo de nossa política e sociedade. Com isso, salientamos também a ligação intelectual entre ambos: afinidades eletivas nas obras brasileiras. Aliás, a cumplicidade entre Sérgio e Antonio Candido surge documentada na dedicatória, feita em 1969, que o primeiro fez ao segundo num de seus livros reeditados, como se lê nos fac-símiles de dedicatórias incluídos ao final do volume: “para Antonio Candido”, “além de amigo agora também meu cúmplice em *Raízes do Brasil*”. É de se supor que o mais do que célebre texto de Antonio Candido, escrito em 1967, mas publicado somente, ao que eu saiba, na décima oitava edição comemorativa do jubileu de ouro do livro clássico – “O Significado de *Raízes do Brasil*” –, seja o motivo dessa cumplicidade assim registrada. Esse artigo é aquele que se celebrizou como “testemunho de uma geração”, marcando definitivamente o lugar de Sérgio como membro da trinca dos “intérpretes do Brasil” e sugerindo que “seu método repousa

### *Estudos de Sociologia*

sobre um jogo de oposições e contrastes, que impede o dogmatismo e abre campo para a meditação de tipo dialético”.

A ligação entre os dois também vem registrada no debate transcrito do terceiro colóquio da UERJ. Aí Antonio Candido declara:

Eu me sinto muito afim da crítica de Sérgio, é claro, porque tinha com ele afinidades intelectuais e por isso éramos grandes amigos. Nós pensávamos muita coisa parecida, do ponto de vista da teoria crítica circulávamos no mesmo horizonte, líamos os mesmos livros, trocávamos idéias. Compreendo bem o Sérgio porque participo da visão crítica dele.

A noção de *radicalidade* introduzida por ele para definir a obra sergiana também ganhou posteridade assim como a denominação *progressista* de sua postura política, que Paulo Arantes e Roberto Schwarz repetem sem descontinuar em diversos de seus textos. Isto posto, será que estaremos fadados a ler Sérgio Buarque pelo viés, ainda que muito bom, da leitura de Antonio Candido?

A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias abre a coletânea organizada por Antonio Candido, mas está inexplicavelmente ausente no colóquio da UERJ. Ela é autora, como se sabe, de um importante estudo da obra geral de Sérgio Buarque, que introduz o volume 51 da Coleção Grandes Cientistas Sociais. Mas é também autora da melhor análise política de *Raízes do Brasil*, que se pode ler em artigo publicado no encarte *Cultura* do jornal *O Estado de São Paulo* (21/03/1987). Melhor do que outros, Maria Odila formula a explicação política chave para a compreensão do autor, que ela denomina como historiador político, já presente em *Raízes* mas retomada “com estilo diferente” no último livro escrito por Sérgio que é *Do Império à República* - livro, aliás, eleito por ela como o melhor de Sérgio. É ela que bem salienta como

Eliana Maria de Melo Souza

a noção de cordialidade nada tem a ver com bondade ou brandura, como sugerida na aposta positivista altruísta cunhada pelo antimodernista Cassiano Ricardo, que contribuiu para deformar a posteridade de *Raízes*. Também é ela que, em corrente contrária a consumidores novidadeiros da última moda estrangeira, afirma que *Raízes* “permanece atual e estão ainda pendentes, e abertos à exploração construtiva, os problemas que levantou relativos às dificuldades de transformar os costumes políticos no Brasil”.

Nas duas coletâneas e no dossiê da USP, comparece o professor de literatura brasileira da UNICAMP, Antonio Arnoni Prado. Profundo conhecedor da crítica literária de Sérgio Buarque (aliás, foi quem organizou, introduziu e dotou de notas os estudos literários reunidos em *O Espírito e a Letra*), Arnoni mostra-se muito atento ao modo de pensar do autor, o qual define como sendo uma “reflexão que incorpora o detalhe inédito na integração do conjunto”. Por isso também se preocupa em pontuar como Sérgio laboriosamente escreve para alcançar, com generosidade, seu leitor, afirmando então que “Sérgio acreditava no princípio modernista de que o crítico literário, enquanto intelectual, tinha a missão de elucidar os que não sabem ver por inocência e de denunciar os que não querem ver por conveniência” (grifos de Arnoni). Com essa afirmação, ele dá substância à reconhecida elegância da escrita do autor de *Visão do Paraíso*: quer convencer e não vencer seu leitor.

Por outro lado, o professor da UNICAMP enfrenta uma tarefa difícil, que vem nele amadurecendo de texto para texto, e que é deslindar a sempre complicada relação entre imaginação estética e imaginação histórica, estabelecer as fronteiras entre literatura e história porque são as duas margens do rio em que corre a obra sergiana. Sempre marcando cada afirmação ou sugestão com abundantes citações, ele aproveita boas ocasiões para examinar o quanto, em Sérgio, é profunda a prática antipositivista ou antiformalista, que só vê sentido na

### *Estudos de Sociologia*

análise interna da obra. Tudo se passa então como se Arnoni se empenhasse em elucidar a intenção geral da obra tal qual um enigma - o enigma de um crítico literário que se transformou em historiador. Como foi aluno de Antonio Candido, não postula assim tolamente que a crítica literária surge determinada pela história. Embora seja desse modo que inicia seu artigo, talvez o mais recente, inserido no dossiê da *Revista da USP*, e com palavras que querem soar definitivas: “uma das contribuições mais originais de Sérgio Buarque de Holanda à crítica literária brasileira vem justamente de sua sensibilidade de historiador”. Na seqüência, ele matiza essa afirmação inicial para dizer que “não é de dentro da literatura que ele procura, como tantos outros, a relação com a história e nem tampouco é da perspectiva da história que se situa para conceber as suas reflexões literárias”. Propõe que existe nele “uma espécie de olho móvel a flutuar” sobre uma paisagem que transcende da obra a ser interpretada. Porém, a quais conclusões ele chega? Não sei.

Também o historiador Fernando Novais, no colóquio da UERJ, aproveita a oportunidade para levantar questões todas relativas à “unidade da obra”, quais as “permanências mais gerais”, os “eixos organizadores”, o “cerne da obra”. Chega a sugerir titubeante que a “formulação do problema geral” estaria fíncada na “questão da identidade nacional brasileira”, para em seguida acrescentar a preocupação com a “emergência da literatura brasileira”. E confessa à certa altura: “o que resulta disso? Eu fico pensando que, na obra de Sérgio Buarque, eu ainda estou distante de me aproximar de uma conclusão preliminar”. Compara nosso autor, a quem chama repetidas vezes de *Doutor Sérgio* (ao que parece, era esse o hábito de então), com Caio Prado Júnior, este sendo muito mais fácil de caracterizar por ser “um historiador explicitamente marxista, criativo e rico”.

Por essas trilhas íngremes, talvez portadoras de intuições que não se explicitam inteiramente, ao encontro da in-

Eliana Maria de Melo Souza

tenção geral da obra sergiana, brilha com todas as luzes o texto de Flora Süssekind. A pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa interroga-se, em texto denso e belamente escrito, sobre a “aparente duplicidade de papéis – historiador e homem de letras”, como é proposta no trabalho de Arnoni, desincumbindo-se assim do papel de comentadora que lhe foi dado no colóquio da UERJ. Seguindo a trilha aberta por Maria Odila, a quem se refere várias vezes, ela descortina “o movimento do historiador em direção simultaneamente à conquista de persistente indeterminação e de um método estilístico particular”. Deixa bem claro que a “conquista de indeterminação”, para Sérgio,

não se confunde com pouco interesse pela apuração de fatos, fontes, noções. Trata-se, isso sim, de fugir ao raciocínio dogmático (...), às conjecturas transformadoras em certezas (...), ou à insuficiência de fontes (...). A exposição de indeterminações na própria escrita funciona como explicação indireta ao leitor de que ele não se encontra no terreno das “ciências exatas” e não há lugar para determinismos, leis ou teleologias ali. E sim para um exercício de interpretação.

O enfoque de Flora visa salientar que para além das influências do meio, existe em Sérgio a procura de um estilo pessoal que passa para o movimento da escrita e que pode ser definido pela noção de *indeterminação*. Na intenção geral da obra, ela destaca, na trilha de outros, o “caráter antiperemptório da expressão ensaística”. Como contempla com muito domínio toda a pesquisa histórica de Sérgio Buarque, diferentemente de Arnoni que analisa principalmente os estudos literários, o texto tenso da pesquisadora faz muito sentido.

Todos esses elementos mereceriam explicações mais detalhadas. Por ora, são apenas alinhados a fim de chamar a atenção para um grande pensador brasileiro cujo estilo é com-

### *Estudos de Sociologia*

plexo porque jamais se esquece, no movimento da escrita, de dialogar com seu leitor.

\*\*\*

*Sérgio Buarque de Holanda: 3º Colóquio UERJ*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1992.

CANDIDO, Antonio (organizador). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

“Dossiê Intérpretes do Brasil – Anos 30”. *Revista USP* n. 38 - jun. jul. ago./1998.

## **LEITURA BRILHANTE DE UMA ERA CINZENTA**

**Raul Fiker**

*Itinerário Político do Romance Pós-64: A Festa* é uma contribuição específica com um duplo efeito nos estudos literários brasileiros: preenche uma lacuna (camuflada por algumas realizações insuficientes) e, independente deste feito, se afirma por suas próprias virtudes como um estudo exemplar.

Seu objeto - a literatura brasileira da segunda metade dos anos 60 e dos anos 70 - quando abordado, tem sido muito maltratado. Não se trata, por certo, de um dos períodos mais fulgurantes de nossas letras mas, além de ser representativo no sentido em que é sintomático, é uma época com algumas produções bastante significativas - o que o estudo de Renato Franco deixa patente sob diversos prismas, do preponderantemente social ao especificamente literário.

A postura que baliza a abordagem fica clara desde as primeiras linhas do estudo: a crítica, afiada, indo às raízes das obras em questão, logo se desvencilha do caráter bonachão da anistia “ampla e irrestrita” que lança, retrospectivamente, sua sombra rala sobre aquele período cinzento. O trabalho de Renato Franco, procurando, de início, romper com uma determinada concepção do que é a base da vida democrática, se coloca contra a corrente preponderante, tendo por meta, através da análise do âmbito em questão, chegar a uma imagem histórica das representações literárias acerca das experiências sociais que prevaleceram nessa época.

### *Estudos de Sociologia*

A partir da Introdução, ao estabelecer com precisão o escopo de seu estudo e mapear sobretudo o trabalho crítico existente, o autor, sem deixar de fazer justiça aos acertos, nada irrelevantes, principalmente nos trabalhos de Fábio Lucas e Heloisa Buarque de Hollanda, destaca certas inconsistências e lacunas momentosas das abordagens existentes e delinea claramente seu objetivo: uma análise da trajetória política do romance pós-64, não apenas para verificar como este reagiu ao golpe e à ditadura militar, mas também ao próprio processo de modernização conservadora imposto ao país, autoritariamente, pelos governos militares. Tal análise procura destacar os aspectos decisivos experimentados por essa produção romanesca, considerando-os sintomas de suas relações com a política e com o processo de modernização. Neste processo são analisados diversos romances representativos (o levantamento propriamente dito é impressionante e abrange praticamente toda a produção literária do período em questão), mas a análise se centra naquele que, por seus êxitos, pelos procedimentos técnicos utilizados ou mesmo por suas lacunas, contradições ou fracassos, Renato Franco considera o romance paradigmático da década: *A Festa*, de Ivan Angelo.

Para este fim será utilizado um poderoso, e sobretudo flexível, arsenal teórico, cujas referências principais são Adorno, Benjamin e Jameson. Mas este aparato seria de pouca valia sem o seguro domínio da história da literatura por parte do autor, manancial de referências argutas e esclarecedoras rastreando tendências que recuam para Alencar e Machado de Assis.

Em relação a uma questão central colocada, a do ato de escrever como forma efetiva de resistência à ditadura, a análise vai operar em dois níveis - que, em última instância, se revelam um único -: a eficácia política e a eficácia literária. Na minuciosa imersão no extenso *corpus* em pauta, fica claro que, com frequência significativa, a segunda leva à primeira, por certo nas melhores realizações. De todo modo, porém, o

## Raul Fiker

autor não descuida destes dois níveis, em si e na sua relação mútua: no *Em câmara lenta*, por exemplo, ele ressalta a busca do primeiro; em *Quatro-Olhos*, a do segundo.

A estratégia expositiva escolhida por Renato Franco se revela abrangente ao máximo sem ficar na superfície. Embora a análise exaustiva se reserve ao romance de Ivan Angelo, a produção mais representativa do período é devidamente aquinhoadada, muitas vezes a partir de resumos cuja qualidade literária supera visivelmente o original - e esta não é a menor das virtudes deste trabalho. O autor segue um percurso cronológico. O primeiro bloco vai de 1964 a 1969 e discute questões específicas que estão por trás da produção literária em questão, a mais importante das quais é a da influência do jornalismo sobre o romance, questão de grande repercussão na época. Aqui os romances abordados representam as duas tendências literárias mais nítidas então: o romance de impulso político e o que Renato Franco chama de “romance da desilusão urbana”. À primeira tendência pertencem *Quarup* de Antonio Callado e *Pessach: a travessia*, de Carlos Heitor Cony, ambos publicados em 1967. À segunda pertencem *Engenharia do casamento* de Esdras do Nascimento e *Bebel que a cidade comeu* de Ignácio de Loyola Brandão, ambos de 1968.

Em seguida são abordados o período de 1969 a 1974, do “romance da cultura da derrota” e de 1975 a 1979, época da abertura. Nos capítulos seguintes há uma maior imersão na discussão teórica dos aspectos propriamente formais, principalmente no que diz respeito às técnicas de montagem, cujo tratamento é exemplar. Mais adiante discute-se a questão da alegoria e é quando se dá a análise de *A Festa*. É esta análise que vai permitir o trânsito mais aprofundado e enriquecedor pelas questões narrativas formais em suas intersecções com o social e político. Aqui, sobretudo, vão ficar mais patentes as qualidades do estudo, ao privilegiar o literário na análise da nova consciência narrativa em questão. São estas qualidades, veiculadas num estilo limpo e incisivo, marcado por um fino

*Estudos de Sociologia*

humor, que vão caracterizar este empreendimento de fôlego como um ensaio literário de primeira linha, indispensável para quem quer conhecer com mais precisão este período tão significativo da literatura brasileira.

FRANCO, Renato B. **Itinerário político do romance pós-64: A Festa**. São Paulo: Edunesp, 1998.